

Artistas e produtores criticam atuação da Secretaria de Cultura e afirmam que falta política para o setor. Para não abrir mão de recursos, governo ignora mecanismos de incentivo à produção

Cadê a Lei Magela?

Aprovada em 1991, a Lei Distrital nº 158 deveria conceder isenção fiscal a empresas que investissem em cultura. Na interpretação da Secretaria de Cultura do DF, entretanto, a chamada Lei Magela não tem mais validade. A Assessoria Legislativa da Câmara Legislativa do DF e o deputado federal Geraldo Magela (que empresta o nome à lei), porém, têm outra visão. Dizem que a lei ainda vigora.

Um dos argumentos usados na secretaria é o de que a edição da Lei 267/99, que instituiu o Programa de Apoio à Cultura (PAC), extinguiu a Lei Magela. A lei do PAC cria o Fundo da Arte

e da Cultura (FAC) em substituição ao Fundo de Apoio à Arte e à Cultura (Faac). Mas não fala em revogação de Lei nº 158.

“Quando é criada uma lei, tudo que está na anterior, se não houver confronto com a nova lei, continua em vigor”, explica o assessor legislativo Kleber Chagas Cerqueira. “Não há nenhuma cláusula revogando a Lei nº 158 na Lei nº 267”, destaca.

O assessor explica que a Lei Magela é formada pelo incentivo fiscal e o Faac. Na Lei nº 267, o incentivo não é citado. Segundo Cerqueira, isso significa que a primeira parte da Lei Magela (o incentivo fiscal) permanece em vigor. Somente o Faac

transformou-se em FAC, separando-se da Lei Magela.

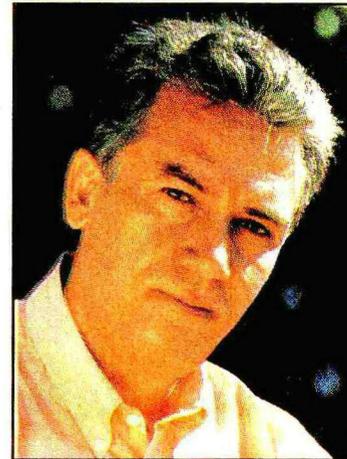
Por que, então, a lei de incentivo não teve êxito no governo Cristovam Buarque e tampouco emplaca com Roriz? Magela é direto: “O secretário de Fazenda não quer perder receita.” Vale dizer que a Secretaria de Fazenda não definiu o percentual disponível à isenção fiscal este ano, como faz anualmente o Ministério da Fazenda com as Leis Rouanet e do Audiovisual.

“A lei de incentivo tem de funcionar. Se a secretária de Cultura não cumpre a lei, os artistas e produtores devem se mobilizar e tomar uma atitude”, diz Magela, para quem as liminares con-

cedidas pelo Tribunal de Justiça do DF provam a validade — e o uso — da lei. Entre casos recentes, estão a edição de livros da Academia Taguatinguense de Letras e a realização do filme *O Casamento de Louise*, de Betse de Paula. “Tem de fazer barulho e ir à Justiça”, aconselha Magela.

Presidente do Conselho de Cultura, Plínio Mósca admite que o GDF não tem interesse na isenção fiscal. “Na renegociação das dívidas dos estados com a União, uma exigência de Pedro Malan (*ministro da Fazenda*) era de que não houvesse mais brechas para isenção. Dezesete estados disseram não. O DF aceitou a imposição.” (K.H.)

Anderson Schneider 29.7.98



“A LEI DE INCENTIVO TEM DE FUNCIONAR. SE A SECRETARIA DE CULTURA NÃO CUMPRE A LEI, OS ARTISTAS E PRODUTORES DEVEM SE MOBILIZAR E TOMAR UMA ATITUDE.”

GERALDO MAGELA,
deputado federal

Mudanças a caminho

Projeto do deputado Rodrigo Rollemberg (PSB) tramita na Câmara Legislativa do DF propondo alterações na forma de cobrança das taxas de cessão dos espaços públicos. Rollemberg quer que os valores sejam determinados por lei. Hoje, são indicados por meio de portaria. Na prática, a mudança evitaria que, a cada governo, fossem criados novos critérios para cobrança, como ocorreu este ano com a taxa da Sala Villa-Lobos. Rollemberg propõe sistema parecido com o existente na gestão anterior. A taxa seria fixada a partir do valor da venda de 50 ingressos. Com o recesso parlamentar, o projeto deve ir a plenário apenas em agosto.

Até lá, Rollemberg promete reforçar as críticas “à ausência de política cultural no Distrito Federal” e sugerir passos para que a situação mude. Para o deputado, a Secretaria de Cultura deveria ir além do *Arte Por Toda Parte* e incentivar o surgimento de novos talentos nas cidades, com a construção de espaços, como o Renato Russo (508 Sul), fora do Plano Piloto.

“Se não tem dinheiro, vamos abrir os espaços das escolas públicas nos finais de semana. A juventude não pode ficar sem ter o que fazer. Uma política cultural e de lazer é tão importante quanto à de saúde ou educação. Os resultados do *Esporte à Meia-Noite* (programa do GDF para reduzir o índice de criminalidade) provam isso”, diz Rollemberg.

Para a deputada Anilcéia Machado (PSDB), integrante da base governista na Câmara Legislativa, a Secretaria de Cultura tem feito menos do que deveria, mas elogia o *Arte Por Toda Parte*, “por valorizar o artista local e mantê-lo próximo da população de baixa renda, que não poderia pagar para ver um espetáculo.” O Pólo de Cinema Grande Otelo, em Sobradinho, é outra preocupação da parlamentar.

Para a deputada, é hora de discutir a verdadeira função do Pólo de Cinema, hoje considerado por ela somente “agente financeiro, com elevado índice de inadimplência”. Com base eleitoral em Sobradinho, cidade-sede do Pólo, ela quer que o órgão seja, além de núcleo difusor da produção cinematográfica, centro de formação técnica.

Não adianta dizer que não há recursos. A deputada do PSDB lembra que o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) do Ministério do Trabalho é fonte de dinheiro para os cursos, como ocorreu em 1998 com a oficina ministrada pela cineasta Suzana Amaral. Por que, então, nada foi feito? “Falta tomar atitude e puxar esse dinheiro do FAT”, explica Anilcéia Machado. Entenda-se por atitude: iniciativa da Secretaria de Cultura e da direção do Pólo de Cinema — que ainda não usou os R\$ 630 mil programados no orçamento para incentivo e financiamento de filmes. (K.H.)

CORREIO B 27.00

